

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA - (PRSAC)

INTRODUÇÃO: A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco da Amazônia reafirma o compromisso da instituição, com atenção aos impactos diretos e indiretos da sua atividade. Para elaboração desta PRSAC, foram consideradas as dimensões sociais, ambientais, climáticas, de governança e econômicas, na atuação do Banco.

ABRANGÊNCIA: Essa política é observada por todos os colaboradores, em todos os níveis da instituição, estagiários, terceirizados, menores aprendizes e parceiros de negócios, além de contemplar ações relacionadas ao engajamento dos *stakeholders* e da sociedade civil.

REGULAMENTAÇÃO: Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.945, de 15/09/2021 e Normativo SARB nº 14, de 28/08/2014 (Autorregulação FEBRABAN).

OBJETIVOS

Estabelecer os princípios e as diretrizes que nortearão as ações socioambientais no âmbito dos negócios do Banco, no relacionamento com as partes interessadas e na estrutura de governança.

Formalizar e divulgar a estratégia e o compromisso do Banco em relação à responsabilidade socioambiental e às mudanças climáticas perante seus empregados e a sociedade de um modo geral.

Orientar as ações do Banco e suas políticas, programas e agendas institucionais correlatas, perpassando por toda a estrutura organizacional e unidades hierárquicas, as quais deverão observar tanto a aderência aos princípios e diretrizes desta Política, quanto aos compromissos voluntários e índices de sustentabilidade aplicáveis no desenvolvimento de suas atividades e processos, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e as regulamentares a que estão sujeitas.

PRINCÍPIOS

Apoiará a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável na área de sua influência e atuação.

Incorporará a temática da prática socioambiental e seu compromisso no estabelecimento de ações que visam reduzir os impactos das mudanças climáticas em seu planejamento estratégico, nas estratégias de negócios, nos processos internos de trabalho e em suas relações institucionais.

Estabelecerá procedimentos internos visando a ecoeficiência e o uso racional dos recursos naturais e de materiais utilizados na infraestrutura e nos processos de trabalho do Banco.

Manterá observância aos princípios do comportamento ético e da conduta moral, em conformidade com o estabelecido no Código de Ética da Instituição.

Integrará esta Política às questões relacionadas aos riscos e oportunidades, no desenvolvimento sustentável, definição das metas institucionais, estrutura de governança e relação com os *stakeholders*.

Assegurará em sua conduta cotidiana a preservação dos valores culturais da região, atuando em prol da redução das desigualdades socioeconômicas e da inclusão produtiva e financeira.

Adotará o desenvolvimento de habilidades e competências, a meritocracia e a gestão participativa como modelo de gestão de pessoas.

Estabelecerá parcerias institucionais em observância aos parâmetros estabelecidos nesta Política.

Pautará suas ações de comunicação no princípio da transparência, em cumprimento às diretrizes constantes nesta Política e no Código de Ética.

DIRETRIZES

Promoverá o desenvolvimento sustentável da Amazônia, no âmbito dos seus negócios, por meio da oferta de produtos e serviços financeiros adequados às necessidades dos clientes e usuários.

Apoiará os empreendimentos que mantêm observância às práticas sustentáveis nos negócios, com respeito ao meio ambiente, proteção e conservação dos ecossistemas, biodiversidade e recursos naturais.

Manterá nas normas, políticas e produtos relacionados à concessão de crédito, o apreço pela minimização das mudanças climáticas, a fim de viabilizar a economia de baixo carbono.

Promoverá *Due Diligence* nos seus processos de forma a combater práticas de exploração do trabalho infantil e análogo ao de escravo, dos proveitos criminosos da prostituição e da exploração sexual de menores.

Implementará ações alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, buscando aumentar os impactos positivos de sua atuação na comunidade onde está inserido.

Buscará reduzir os impactos das mudanças climáticas, através de políticas de crédito que induzam e incentivem seus clientes a adoção de práticas sustentáveis.

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Associará os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU ao plano estratégico, destacando as metas com maior aderência à atuação institucional.

Buscará adquirir produtos e serviços de fornecedores idôneos, cujas práticas respeitem os princípios da sustentabilidade e que cumpram a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal.

Promoverá a gestão dos resíduos e reciclagem, a fim de garantir a sua separação, descarte adequado e/ou correta destinação às associações e cooperativas de catadores, quando possível.

Manterá o respeito aos direitos humanos e fundamentais, em conformidade com o estabelecido no Art. 231 da Constituição Federal, no que tange a sua atuação em assuntos relacionados aos povos originários e tradicionais da Amazônia.

GESTÃO DO RISCO ASG E CLIMÁTICO

Incorporará em sua análise de riscos, observância às ameaças e oportunidades relacionadas às questões ambientais e mudanças climáticas, que poderão impactar de forma direta e indireta a instituição.

Buscará o aperfeiçoamento dos critérios socioambientais no crédito, adotando as diretrizes estabelecidas nesta política e mantendo observância à exposição aos riscos relacionados às questões ASG e às mudanças climáticas.

Buscará a implementação de melhorias nos seus sistemas, rotinas e procedimentos operacionais, de forma a manter os registros de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais e mudanças climáticas.

Adotará procedimentos na criação de novos produtos e serviços sujeitos ao gerenciamento de riscos relacionados as questões Sociais, Ambientais, de Governança e climáticas.

Estabelecerá critérios e mecanismos específicos de avaliação e monitoramento de risco ASG e climático de operações relacionadas às atividades econômicas com maior potencial de danos ambientais.

RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

Manterá os canais de comunicação com a sociedade, divulgando de maneira clara os impactos de sua atuação, através dos relatórios institucionais, respeitando os princípios da ética e da transparência.

Pautará sua relação com entidades, órgãos governamentais e reguladores com postura e comunicação clara, ética e colaborativa.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Integrará a cultura de Responsabilidade Socioambiental à governança da empresa, influenciando o processo de planejamento estratégico, o processo decisório, as práticas de gestão, a avaliação de oportunidades e riscos, o relacionamento com as Partes Interessadas e a definição de metas.

Manterá um fluxo de comunicação periódica para prestação de contas sobre a implantação da PRSAC ao CONSAD e as demais partes interessadas.

ATUALIZAÇÃO

Esta Política submete-se ao processo de avaliação e aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, no mínimo a cada três anos, ou a qualquer tempo, mediante a necessidade ou solicitação da Alta Governança do Banco, ou por força de atualização de normas regulatórias.

* Aprovada pelo Conselho de Administração do Banco da Amazônia em 19.04.2022.